

Sobre a resenha de Daniel di Liscia (Patristica et Mediaevalia, XVIII [1997], pp. 105-112)

Autor:
Nascimento, Carlos Arthur Ribeiro do

Revista
Patristica et Mediaevalia

1998, 19, 71-75



Artículo

SOBRE A RESENHA DE DANIEL DI LISCIA

Paristica et Mediaevalia, XVIII (1997), pp. 105-112 *

Deve haver algo de exemplar ou pelo menos alguma lição a ser tirada no fato de um trabalho escrito há mais de trinta anos (1967) e publicado há quase vinte e cinco (1974) receber agora (*Paristica et mediaevalia*, 18 (1997), pp. 105-112), ao ser republicado em tradução portuguesa junto com os outros estudos (*De Tomás de Aquino a Galileu*, IFCH - UNICAMP (Coleção Trajetória, 2), Campinas, 1995), uma longa, minuciosa e competente resenha de Daniel Di Liscia¹. Valho-me, pois, desta ocasião para trocar com o resenhista algumas opiniões.

À p. 106, n.1 o resenhista fala de dois problemas, um referente à identificação da "Scientia de sphaera mota" e outro à *intentio et remissio formarum*. Nada tenho a objetar às considerações apresentadas acerca deste segundo problema. Mas não vejo a ligação destas com o texto resenhado, já que a p. 30 deste (à qual a resenha remete) nada parece conter que diga respeito à *intentio et remissio formarum*. Esta é apenas mencionada à p. 96 do livro numa enumeração de problemas que poderiam ter levado à intensificação da matematização da física.

Quanto à "Scientia de sphaera mota" parece(o que ignorava até uns cinco anos atrás) que se trata da "Esfera em movimento" de Autólico de Pitana (Ed. de G. Aujac, Paris, Belles Lettres, 1979). O conteúdo da "Esfera ..." é resumido às pp. 17-19: "Se Autólico parece não fazer senão um estudo geométrico da esfera móvel, é evidente que esta esfera móvel é a geometrização da esfera celeste ou esfera das fixas..." (p. 17). Houve tradução latina medieval deste tratado. L.-J. Bataillon ("Les conditions de travail des maîtres de l'Université de Paris au XIII^e siècle", *RSPT*, 67 (1983), p. 421 e n. 16) indica como as noções de *scientia* e *liber* tendem a se contaminar.

A nota 2 à p. 107 da resenha pediria que escrevesse um texto mais detalhado sobre as "ambiguidades teóricas em que Galileu esteve envolvido até o final de sua carreira científica". Esta frase, a última do cap. 5, p. 184, é uma síntese. A discussão, nos capítulos 5 e 8, é sobre como Galileu caracterizava o modo de se fazer ciência (método). Não se trata de examinar como este fazia efetivamente ciência ou como procedeu em casos ou problemas concretos. Trata-se de examinar nas passagens em questão dos *Discursos* como ele justifica que seu trabalho é científico.

Galileu parece então recorrer à reflexão sobre a ciência disponível. Consta-se que nos textos aludidos há três concepções distintas, não inteiramente superponíveis ou coordenáveis, a saber: 1) a demonstração *quia* (na descrição de M. Clavelin)²; 2) o esquema que chamei de "aristotélico-euclidiano"; 3) o procedimento que Galileu atribui

* La redacción ha hecho llegar a Daniel Di Liscia el texto de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento a efectos de otorgarle derecho de contrarréplica. Con ambos textos la redacción da por terminada la discusión.

¹ Houve também uma resenha de José Carlos Estêvão, "Laços com o pensamento medieval", *Jornal de resenhas*, São Paulo, Nº 15, 14/06/96, p. 6. Passamos a abreviar Daniel Di Liscia pela sigla DDL.

² No cap. 5 corresponde ao raciocínio *ex hypothesi* interpretado realisticamente e à demonstração *ex suppositione* de Wallace.

às ciências intermediárias³. O problema, então, é saber porque um certo conjunto de proposições, como a lei do quadro dos tempos, deve ser admitido como científico. Não se trata em absoluto de saber qual é a causa de certos fenômenos, no sentido de causa produtora, problema que Galileu descarta, como muito bem lembra DDL.

Segundo Galileu, devemos admitir tais proposições porque elas decorrem de uma definição correta do movimento uniformemente acelerado⁴. Ora, como garantir que tal definição é correta? É aqui que intervêm as três tradições de que se falou. Ela é correta porque: 1) consequências dela deduzidas (a lei do quadrado dos tempos, por exemplo) correspondem ao que os experimentos mostram; 2) ela é auto-evidente, pois, se refletirmos bem, ela expressa a íntima afinidade do movimento com o tempo; 3) ela é fundamentada por experiências como é o próprio das ciências intermediárias. Acontece que usar simultaneamente estas três explicações parece levantar problemas de coerência: 2) não é compatível nem com 1) nem com 3); 1) não é equivalente a 3), embora possa ser compatível com ela; a experiência do plano inclinado enquadra-se de preferência em 1) e não em 3), havendo assim um descompasso entre o texto introdutório a esta experiência e o relato da mesma.

Esse tríptico de esquemas explicativos tem um claro paralelo com o tríptico usado por Rogério Bacon no *De multiplicatione* para justificar a lei de reflexão e a lei de refração e que recorre ao *experimento* (3ª procedimento de Galileu), à *causa* (2ª procedimento de Galileu) e ao *feito* (1ª procedimento de Galileu). Dispensamo-nos de descrever como funcionam estes três procedimentos na versão baconiana, pois o fiz com algum detalhe nos capítulos 4 (pp. 168-169) e 8 (pp. 213-214) do livro resenhado⁵.

Concluindo sua análise de "O estatuto epistemológico...", DDL propõe duas observações gerais, sendo a primeira a seguinte: "o autor assinala a possibilidade de que a partir das *scientiae mediae*, que de fato não pertencem nem à matemática nem à física, se derrubasse o tríptico aristotélico das ciências teóricas (p. 25). Um estudo histórico mais extenso poderá, no futuro, esclarecer a questão. Pelo momento me parece que os textos de Tomás analisados neste trabalho tendem a mostrar o contrário: Tomás assegura a divisão aristotélica criando um corpo teórico essencialmente aristotélico capaz de legitimar esse estágio intermediário de certas disciplinas (que não era impossível ver como naturais) de tal modo que consequentemente com isso a física não se matematize e, não obstante conserve seu status de ciência em sentido forte".

Concordo totalmente com o resenhista que Tomás não pretendia de modo nenhum destruir o esquema tripartido das ciências teóricas de Aristóteles e pretendia garantir nesse esquema um lugar para as ciências intermediárias. Talvez não tivesse

³ Galileu não usa esta expressão, mas dá a definição tomista de ciência intermediária e enumera as mais conhecidas.

⁴ "Denomino movimento igualmente ou uniformemente acelerado aquele que, partindo do repouso, acrescenta a si, durante tempos iguais, momentos iguais de celeridade". Esta definição expressa, para Galileu, a essência do movimento naturalmente acelerado, isto é, do movimento uniformemente acelerado tal como se encontra na natureza.

⁵ Não entendo porque DDL afirma que "o autor não diz, lamentavelmente, como funciona este método..." (p. 167). Concordo que o assunto possa ser complicado e que mereça análise mais séria, mas o funcionamento dos três procedimentos está claramente descrito nas páginas citadas. No *De multiplicatione*, estes procedimentos são usados apenas acerca das leis de reflexão e refração. Há, pois, apenas duas passagens onde são apresentados: a citada às pp. 167 e 213 e outra que está mencionada à p. 167, n. 3. A rigor há uma única passagem, a primeira, pois, acerca da refração do texto não é tão explícito.

uma idéia muito clara sobre o assunto quando escrevi o que consta à p. 25: "Porém, é precisamente essa situação intermediária das *scientiae mediae* que vai constituir todo o seu problema. Não sendo nem puramente físicas nem puramente matemáticas, vêm aparentemente desarrumar o tríptico das ciências teóricas de Aristóteles". Em todo caso, o advérbio "aparentemente" da segunda frase tem o sentido de indicar que a coisa parece ser assim, mas tem chance de não ser assim.

Passemos a Grosseteste. Não foi apenas o *Comentário dos Analíticos Posteriores* de Grosseteste que não recebeu atenção (resenha, p. 109). Foram todas as fontes da doutrina tomista das ciências intermediárias, que foram propositadamente deixadas de lado (p. 17). Era impossível deixar inteiramente de lado Aristóteles, pois boa parte do que Tomás tem a dizer, ele o faz em seus comentários de textos de Aristóteles. A importância do Comentário de Grosseteste dos Analíticos Posteriores, acentuada por DDL, é tal que era também impossível ignorá-lo de todo. Há, no capítulo resenhado, duas referências a Grosseteste: p. 59, n. 99 (longa citação do *Comentário dos Analíticos Posteriores*); p. 62, n. 102 (*Comentário da Física*).

No que concerne ao *De lineis*, concordo com a correção de leitura proposta por DDL (p. 109, n. 4). O esquema do texto de Grosseteste seria, como este indica: [Lineae, anguli et figurae] valent: 1) in toto universo et partibus ejus absolute; 2) in proprietatibus relatis, sicut in motu recto et circulari; 3) in actione et passione; 3.1) in materia; 3.2) in sensu; 3.2.1) in sensum visus; 3.2.2) in alios sensus. No prólogo do *De multiplicatione* lê-se: "Scire enim debet philosophans in rebus naturalibus cognoscendis quod naturalis philosophus duo considerat, in quibus stat pondus et potestas naturalis philosophiae, scilicet motum secundum formam, qui comprehendit generationem et corruptionem, alterationem, et augmentum et diminutionem, ..." (Ed. Lindberg, p. 348, lins. 110-116; no livro, p. 158). Esquematisando 1) motus secundum formam (generatio et corruptio, etc.); 2) motus secundum locum (rectus et circularis). No mínimo, não é impossível passar do que Grosseteste dizia, onde distingue o movimento (reto e circular) e a ação e paixão ao que Bacon diz, ao falar de dois tipos de movimento que se subdividem em seguida. Sem dúvida, ao falar diretamente de três movimentos, simplifiquei a leitura de ambos os textos.

Quanto às relações entre a ótica e a doutrina da multiplicação das espécies, o que DDL diz à p. 109 está correto. O próprio Bacon afirma que tirou a doutrina geral da multiplicação das espécies do único domínio em que já estava elaborada: a ótica (*perspectiva*). Mas, haveria que ter em conta outras passagens em que Bacon sustenta que a *perspectiva* baseia-se na *multiplicatio specierum* (cf. pp. 130-131 do livro). Bacon estaria recorrendo à distinção entre a ordem da descoberta (*via inventionis*) e a ordem da exposição (*via judicii*), partindo a primeira do que nos é mais acessível e a segunda do que vem em primeiro lugar na ordem da natureza ou lógica. Na ordem da descoberta, a doutrina geral da multiplicação das espécies vem depois da ótica e baseia-se nela; na ordem da exposição, a doutrina da multiplicação precede e a ótica depende dela.

À p. 110, DDL refere-se a uma questão complexa e que deu muito trabalho na ocasião da redação da tese de doutorado. Esta questão não é abordada no cap. 2 do livro. O que aí é dito (pp. 133-136) concerne antes à localização da doutrina de multiplicação no quadro geral dos conhecimentos humanos segundo Bacon. Quanto ao próprio texto do *De multiplicatione* não é possível retomar aqui o cap. I da tese de doutorado, que permanece inédito. Sumariamente, a versão do tratado, publicada por Bridges e editada por Lindberg, constitui um tratado completo e independente. Como de costume, Bacon tentou integrá-lo em obras de caráter enciclopédico. O prólogo, publicado por Delorme e editado por Lindberg, e o corpo do texto indicariam duas tentativas distintas de integração em obras distintas. De acordo com o corpo do texto,

é possível formular a hipótese de que a obra em questão seria o *Compêndio de estudo da teologia*; o Prólogo aponta para uma obra ou um conjunto de textos diferente.

Na avaliação do resenhista, os quatro artigos que fecham o livro são de qualidade inferior à dos concernentes a Tomás de Aquino e Bacon⁶. Reconheço que se trata, no mínimo, de textos de outro gênero, sobretudo os intitulados "Sobre uma frase de Galileu" e "Galileu e o arsenal". Estão mais para o ensaio do que para a tese acadêmica. Se postularmos este segundo tipo como padrão, o primeiro fica inferiorizado. Gostaria também de recordar que à época de sua redação (1985) não encontrei tanta bibliografia sobre os dois temas, além da citada. A respeito do artigo sobre a frase, não encontrei quem procurasse entendê-la no seu contexto imediato, que põe em relevo a polêmica contra o argumento de autoridade e o comentário, bem como a distinção da filosofia da ficção literária. Não encontrei também quem explorasse mais em detalhe a conexão entre a frase e a metáfora tradicional dos dois livros⁷. Por fim, não encontrei quem ligasse a frase com o § 48 de *O ensaiador*, sobre os acidentes primários e os outros. O artigo sobre o arsenal visa mostrar que a abertura dos *Discursos* tem uma estrutura dialética: a experiência é posta, a experiência é negada, a negação da experiência é negada. Isto não é dito no artigo, esperando-se que o leitor o perceba pela análise apresentada. Não conheço nenhum estudo semelhante.

Um trecho à página 200, § 1º mereceu flechadas certeiras do resenhista. Trata ele da polêmica de Galileu contra aristotélicos de seu tempo e talvez especialmente contra os aristotélicos paduanos, sendo a atitude de Galileu aproximada da de Tomás de Aquino para com Siger de Brabante. Esse parágrafo contém muitas coisas, algumas não muito boas, que na apresentação do resenhista ficam ainda piores. Reconheço que me deixei levar pela retórica de Galileu (*Carta a Liceti*, 01/1641; *Opere*, v. 18, p. 295) e por Gilson: "Um vêio contínuo de averroísmo liga, ao contrário, o mênio parisiense e os sucessores de Siger de Brabante nas escolas de Pádua, que manterão a doutrina de Aristóteles contra os partidários da física moderna com muito mais encarniçamento do que o farão os próprios teólogos" (*La philosophie au Moyen Age*, 1962, p. 688).

A oposição de Tomás a Siger é considerada no meu texto quanto a um ponto preciso: a maneira de filosofar. A conhecida frase de Tomás no *Comentário do De Caelo*, I, lição 22, inacabado e escrito entre o final do segundo período de ensino em Paris (1268-1272) e a estadia em Nápoles (1272-1274), em plena crise averroísta em Paris, contrapõe-se quase literalmente a declarações também conhecidas de Siger: "Quaerendo intentionen philosophorum in hoc magis quam veritatem, cum philosophice procedamus" (*De anima intellectiva*, VII, p. 101, lins. 7-9; cit. F. Van Steenberghen, *Maître Siger de Brabant*, Louvain, 1977, p. 227; cf. também p. 236). Que Tomás tenha gasto tempo e energia comentando Aristóteles, quem poderá negá-lo, mas basta examinar atentamente seus comentários para constatar que não se trata apenas de exposições de Aristóteles. Tomás queria buscar tanto a *intentio Philosophi* como a *veritas rerum*. Veja-se a observação de L.-B. Geiger citada à p. 35, n. 50 do livro, bem como A. Hayen, *Saint Thomas d'Aquin et la vie de l'Eglise*, Louvain, 1952, pp. 33-36 e F. Van Steenberghen, *op. cit.*, p. 227, n. 4. A atitude de Galileu face aos aristotélicos com quem polemiza é semelhante à de Tomás como se pode constatar na referida carta a Liceti. Ele não quer apenas arranjar textos de Aristóteles; quer saber a verdade das coisas tal como se lê no livro do mundo. Boaventura não vem ao

⁶ Para ser exato, o capítulo referente ao método no *De multiplicatione* (cap. 4) também estaria num nível inferior ao dos três primeiros. Veja-se acima pp. 57-58 e n. 5.

⁷ Posteriormente à redação do artigo tomei conhecimento de outros trabalhos que abordam estes temas.

caso, pois não se está discutindo a oposição a Siger, ou a aristotélicos do século XVII, de maneira geral, mas apenas quanto ao ponto acima mencionado. Não sendo especialista da polêmica anti-averroísta do século XIII e menos ainda do aristotelismo paduano, darei uma outra redação ao parágrafo incriminado, na oportunidade de uma segunda edição.

O resenhista aponta a inexatidão do título "De Tomás de Aquino a Galileu", porque não há no livro nenhuma contribuição sobre autores dos séculos XIV-XVI (p. 111). Não há mesmo, não porque julgue desnecessário (cf. p. 183 e n. 14; p. 216, última frase), mas porque não tenho nenhum conhecimento sério desses séculos: "Non omnia possumus omnes". O título do livro não tem, porém, a intenção de indicar o percurso cronológico, mas apenas o conteúdo do livro, que reflete um percurso pessoal. Veja-se a Apresentação da Coleção Trajetória, da qual o livro é o v. 2 (p. 7) e a Introdução do autor (p. 10). Ainda à p.111 mencionam-se "repetições em demazia". Salvo nos capítulos quinto e oitavo, onde repetições eram necessárias, pois o segundo é uma revisão do primeiro, minha impressão é justo a contrária. Onde haveria uma repetição inútil, o texto foi supresso (p. 114). Quanto à falta de uniformidade de apresentação (p.111), DDL tem toda razão. Não houve muito esforço para uniformizar, por exemplo, a maneira de fornecer as referências bibliográficas, mas não é muito exato dizer que o artigo mais extenso (cap. 1) "não tem bibliografia": está citada nas notas. O mesmo se diga quanto às edições utilizadas. A única desculpa, questionável, reconheço, é que, ao que parece, o conteúdo não foi prejudicado. A referência ao professor Giannotti à p. 197 será completada em uma eventual segunda edição.

Este percurso da resenha do livro "De Tomás de Aquino a Galileu" por DDL pode dar uma impressão injusta porque se detém apenas no que poderiam ser considerados pontos polêmicos. Na realidade, DDL me ofereceu uma oportunidade rara: a de reexpor, discutir e corrigir os textos apresentados no livro por ele resenhado.

CARLOS ARTHUR RIBEIRO DO NASCIMENTO*

RESPUESTA DE DANIEL DI LISCIA A LA RÉPLICA DE CARLOS ARTHUR RIBEIRO DO NASCIMENTO

Agradezco a C. A. Ribeiro do Nascimento (= RdN) por replicar a mi reseña con tanto entusiasmo.

Creo que en general hay más puntos de acuerdo que diferencias: entre otras cosas RdN coincide con respecto al "esquema tripartito" de las ciencias; con mi corrección sobre el *De lineis* de Grosseteste y con mi observación en p. 109 sobre la doctrina de la multiplicación de las especies. Asimismo RdN acepta parcialmente mi crítica a los últimos capítulos sobre Galileo, aun cuando hace algunas nuevas precisiones sobre el tema. No creo, por tanto, que exista un trasfondo real para polemizar y me parece asimismo innecesario extenderme demasiado en mi respuesta. Me limitaré a algunos puntos particulares que me parecen más importantes.

En dos casos parece tratarse de un malentendido: 1) con respecto al título del libro mi observación se dirige claramente a una limitación del mismo. Sencillamente creo que ese título no refleja el contenido real del libro sino mucho más. La deducción inversa (a saber: que yo exijo saber mucho más, o saber todo) es lógicamente falaz. 2) se habrá notado con qué prudencia y respeto mi reseña introduce el tema de *intensio*

* Universidad de Campinas (Brasil).